



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CCH
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

CARLLYANNE HELENA COSTA TAVARES

**A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
HUMANIDADE E DA AUTONOMIA A PARTIR DA PERSPECTIVA KANTIANA**

SÃO LUÍS

2024

CARLLYANNE HELENA COSTA TAVARES

**A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
HUMANIDADE E DA AUTONOMIA A PARTIR DA PERSPECTIVA KANTIANA**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção
do título de Graduada em Filosofia Licenciatura
apresentado ao Curso de Filosofia da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Orientadora: Profa. Dra. Zilmara de Jesus
Viana de Carvalho.

SÃO LUÍS

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa Tavares, Carllyanne Helena.

A educação como instrumento para o desenvolvimento da
humanidade e da autonomia a partir da perspectiva
kantiana / Carllyanne Helena Costa Tavares. - 2024.
50 f.

Orientador(a): Zilmara de Jesus Viana de Carvalho.
Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Educação. 2. Humanidade. 3. Autonomia. 4.
Liberdade. 5. Esclarecimento. I. de Jesus Viana de
Carvalho, Zilmara. II. Título.

CARLLYANNE HELENA COSTA TAVARES

**A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA
HUMANIDADE E DA AUTONOMIA A PARTIR DA PERSPECTIVA KANTIANA**

Trabalho de conclusão de curso para obtenção
do título de Graduada em Filosofia Licenciatura
apresentado ao Curso de Filosofia da
Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Aprovada em 24/09/2024

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Zilmara de Jesus Viana de Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Maria Olília Serra (Avaliador 2)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Danielton Campos Melonio (Avaliador 3)
Universidade Federal do Maranhão

*Dedico à minha eterna mãe, Maria Edileuza
Costa Carvalho, meu anjo, foi por você que
cheguei até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, pois é a razão da minha existência e força que me move todos os dias.

À minha mãe Maria Edileuza, pelo seu amor indescritível, pela formação que me ofereceu em todos os aspectos, por todos os aprendizados e pelo cultivo das disposições boas em mim, disposições essas que me impulsionaram a lutar pelos meus sonhos e seguir sempre resiliente. Agradeço sobretudo, por ser meu anjo e também a melhor mãe que eu poderia ter.

Ao meu pai Denilson Tavares, pelo amor, por todo o cuidado que tem comigo, por todo o suporte desde a infância até aqui, por nunca desistir de mim e por ser o melhor pai pra mim.

À minha mãe Márcia Helena, pelo amor, pela amizade sincera, pelos cuidados e por estar sempre presente nos momentos em que mais preciso.

À minha avó Manoíza Costa, por ser meu exemplo de força e de amor materno, pois sua fortaleza e serenidade me inspira.

A todos os meus familiares, pelo afeto e acolhimento.

À minha orientadora Zilmara de Jesus Viana de Carvalho, pela sua participação fundamental na minha trajetória acadêmica, pois além de ser excelente profissional, é a minha inspiração na Filosofia! Agradeço por ter acreditado em mim, em meu potencial e me proporcionar condições de desenvolvê-lo. Agradeço mais que isso, a sua bonita e honesta amizade.

À minha amiga Bianca Martins, pela sua amizade sincera ao longo de muitos anos e o suporte nos momentos que mais precisei.

Ao meu companheiro Leandro Paes, pela parceria e suporte amoroso em grande parte desse processo.

Aos amigos que a Filosofia me deu, em especial meu amigo Gregory Ferreira pelo afeto, cumplicidade e as conversas, principalmente durante a escrita deste trabalho, seu apoio foi fundamental para esta etapa. Hudson Silva por sua carinhosa amizade. Lucas Gomes pela parceria, apoio e incentivo.

Às amigas que estiveram comigo ao longo de todo o período vivido na Universidade, e por muitas vezes fora dela também. Bianca Serra e Karoliny Costa, obrigada por todos os momentos que tivemos.

A todos os Professores do Departamento de Filosofia da UFMA, pois cada um em sua especialidade, com seus ensinamentos e conselhos contribuiu para a minha formação profissional.

A todos os meus colegas do curso de Filosofia, que direta ou indiretamente influenciaram minha vivência acadêmica, cada um me edificou de alguma forma.

Às minhas Gestoras e Coordenadoras do meu ofício que facilitaram e, por conseguinte, ajudaram o processo de desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, com modéstia, agradeço a mim mesma pela superação de obstáculos e bloqueios emocionais que enfrentei em toda a minha trajetória acadêmica, pois, mesmo em fases extremamente difíceis e desesperançosas, eu nunca desisti de alcançar esta formação. Por esse motivo, agradeço ter fé e resiliência.

Gratidão a todos!

“Talvez que a educação se torne sempre melhor e que cada geração subsequente dê um passo em direção ao aperfeiçoamento da humanidade; pois, por detrás da educação, aloja-se o grande segredo da perfeição da natureza humana.”

(Immanuel Kant)

RESUMO

Esta pesquisa objetiva defender a importância da educação no pensamento do filósofo Immanuel Kant com vistas ao desenvolvimento moral humano, investigando para tanto, a possibilidade da coexistência de liberdades e a efetivação do pensar autônomo, através da construção de uma educação comprometida com o desenvolvimento da humanidade e, conseqüentemente do livre pensar. No pensamento do filósofo alemão do séc. XVIII, a educação e, de um modo geral, o desenvolvimento da humanidade, estavam alicerçados em uma preocupação com o processo pelo qual o homem deve passar desde a sua infância. Kant contribuiu com um modelo pedagógico que consiste no desenvolvimento das disposições naturais presentes em todos os seres humanos, principalmente a disposição para a razão. A base desta pesquisa é o conceito de autonomia no pensamento kantiano, caracterizado pela passagem da menoridade para a maioridade intelectual, ou o esclarecimento. Para tanto, o filósofo teorizou sobre uma educação física e prática a ser desenvolvida desde a infância até a fase em que o educando está pronto a sair dos cuidados de outrem e ser capaz de pensar por si. Para Kant o pensar autônomo seria expressão por excelência da liberdade, pois através deste, nos lançaríamos para além da subserviência à sociedade, rumo à nossa emancipação. Trata-se de uma investigação fundamentalmente teórica, pautada na análise crítico-reflexiva de suas obras *Sobre a pedagogia*, *Fundamentação da metafísica dos costumes* e do seu opúsculo *Resposta à pergunta: que é o esclarecimento?* Aqui expõe-se conceitos fundamentais da filosofia kantiana e necessários para que o indivíduo aprenda a fazer bom uso de sua liberdade. Para além disso, a proposta pedagógica kantiana permite pensar uma educação que almeja evitar a longo prazo atitudes prejudiciais ao próprio homem e, conseqüentemente, ao seu meio social, uma vez que em sua essência busca dissipar atitudes danosas à convivência social e auxiliar na lida com as coerções externas, assim como com os limites impostos a nós pelo direito do outro. Caracterizado o pensamento do autor voltado a esse interesse, cumpre-se demonstrar aqui, como a liberdade manifesta-se na prática, assumindo então seu caráter prático moral, representado através do processo pedagógico caracterizado pela saída do homem de sua liberdade irrestrita para a liberdade como autodeterminação da vontade. Eis aqui, a destinação da espécie humana: fazer uso do seu entendimento e da sua liberdade de forma sempre favorável ao mundo, assim como o próprio Kant evocou-nos, pois apesar dos obstáculos e do passar dos séculos, o esclarecimento ainda é um ideal a ser perseguido.

Palavras-chave: Educação. Humanidade. Autonomia. Liberdade. Esclarecimento.

ABSTRACT

This research aims to defend the importance of education in the thought of the philosopher Immanuel Kant with a view to human moral development, investigating the possibility of the coexistence of freedoms and the realization of autonomous thinking, through the construction of an education committed to the development of humanity, and, consequently, free thinking. In the thought of the 21st century German philosopher, XVIII, education and, in general, the development of humanity, were based on a concern with the process that man must go through since childhood. Kant contributed with a pedagogical model that consists of the development of the natural dispositions present in all human beings, mainly the disposition towards reason. The basis of this research is the concept of autonomy in Kantian thought, characterized by the passage from minority to intellectual majority, or enlightenment. To this end, the philosopher theorized about physical and practical education to be developed from childhood to the stage in which the student is ready to leave the care of others and be able to think for themselves. For the philosopher, autonomous thinking would be an expression of freedom par excellence, because through this, we would launch ourselves beyond subservience to society, towards our emancipation. This is a fundamentally theoretical investigation, based on the critical-reflective analysis of his works *On Pedagogy*, *Foundation of the Metaphysics of Morals* and his booklet *Answer to the question: what is clarification?* Here we expose fundamental concepts of Kantian philosophy that are necessary for the individual to learn to make good use of their freedom. Furthermore, Kant's pedagogical proposal allows us to think about an education that aims to avoid, in the long term, attitudes that are harmful to man himself and, consequently, to his social environment, since in essence it seeks to dispel attitudes that are harmful to social coexistence and help in dealing with external coercions, as well as the limits imposed on us by the rights of others. Having characterized the author's thoughts focused on this interest, it is necessary to demonstrate here how freedom manifests itself in practice, then assuming its practical moral character, represented through the pedagogical process characterized by man's departure from his unrestricted freedom to freedom as self-determination of the will. Here is the destiny of the human species: to make use of its understanding and its freedom in a way that is always favorable to the world, just as Kant himself evoked to us, because despite the obstacles and the passing of centuries, enlightenment is still an ideal to be pursued.

Keywords: Education. Humanity. Autonomy. Freedom. Clarification.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A PERSPECTIVA KANTIANA DE EDUCAÇÃO.....	14
3 O PAPEL FUNDAMENTAL DA DISCIPLINA PARA A PEDAGOGIA.....	31
4 O CONCEITO DE AUTONOMIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO DO LIVRE PENSAR.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

1 INTRODUÇÃO

A educação e a autonomia do homem tornaram-se imperiosas no pensamento filosófico do século XVIII. O filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), um dos principais representantes do Iluminismo, disso dá testemunho teorizando sobre tais temas em suas obras, em algumas das quais demonstra a intrínseca relação entre ambas e legitima a educação como um instrumento capaz de moldar o homem a partir da sua infância, através de um processo pedagógico, conduzindo-o para além de uma liberdade bárbara e tornando-o apto à vida cidadã e moral. Ou seja, através da perspectiva de Kant podemos pensar uma educação que proporcione condições necessárias para a efetivação do pensar autônomo, o livre pensar.

Para o filósofo, o pensar autônomo seria expressão por excelência da liberdade, através deste, teríamos condições de possibilidade de desenvolvermos uma vida civil emancipada, ao invés de subserviente e tutelada, portanto, a educação torna-se imperiosa para o esclarecimento humano. Porém, Kant também nos advertiu que muito embora fosse necessário ao homem adulto esclarecer-se, esbarrava-se aí em muitos obstáculos, de modo que a pedagogia ou doutrina da educação, em direção a tal propósito, teria um papel fundamental. Por isso, em sintonia com o século das luzes e sistemático como era, este envidou esforços para sistematizar e defender uma pedagogia que proporcionasse a construção do pensamento crítico e autônomo no homem, ou seja, a construção da capacidade de refletir por si mesmo, sobre o meio que o cercava em todos os seus aspectos e camadas.

É importante contextualizar que Kant proferiu lições sobre a Pedagogia na Universidade de Königsberg, durante o semestre de inverno de 1776/1777, o semestre de verão de 1780, o semestre de inverno de 1783/1784 e o semestre de inverno de 1786/1787. Uma das obras que aqui será estudada, *Sobre a Pedagogia*, foi organizada por seu aluno e depois colega Friedrich Theodor Rink e publicada em 1803. Para melhor compreensão da perspectiva pedagógica kantiana, é importante estar familiarizado com três premissas: 1) mesmo se tratando de um texto póstumo, editado pelo discípulo de Kant, que não fora submetido à aprovação do próprio filósofo, estando envolto em algumas polêmicas acerca de sua origem e

autenticidade¹, é possível sustentar que Kant concebe a pedagogia como uma das formas de realização de sua filosofia prática; 2) Kant designa como prático tudo aquilo que se relaciona com a liberdade; 3) na pedagogia kantiana, humanidade equivale a razão.

Haja vista que estamos inseridos em uma sociedade civil, portanto, em uma sociedade regida por leis, justamente para possibilitar a coexistência sadia das liberdades, pois vivemos em pluralidade e as nossas ações impactam na vida dos outros e vice-versa, Kant pensa a liberdade de duas formas: primeiramente limitada e coagida por móveis externos e num momento posterior, como a autodeterminação do indivíduo, logo pela sua própria vontade.

Na perspectiva do filósofo, os homens são dotados de um grande pendor para a liberdade, e por esse motivo ele compreende que, com o objetivo de que estes se desenvolvam mutuamente, é necessário que façam a transição do estado de animalidade e, por assim dizer, de rudeza, para o estado de humanidade. Isto é, faz-se necessário que sejam educados. Tal educação comporta fundamentalmente dois aspectos: um negativo – a disciplina e outro positivo – a instrução. Estes aspectos serão responsáveis por remover a animalidade do homem e permitir o cultivo, a civilidade e a moralidade, em outras palavras, o refinamento dos costumes e o agir moral.

Cumpra, pois, investigar e demonstrar como a proposta pedagógica kantiana permite pensar uma educação para a moralidade, logo, para o pensar por si, na medida em que, precisa conciliar às coerções externas e os limites impostos ao homem pelo direito do outro com os seus próprios direitos e vontades individuais. Deve-se salientar aqui, que para o filósofo prussiano sair do estado de rudeza para o de cultura não é condição suficiente para conter a disposição para a animalidade presente nos homens, de modo que o desenvolvimento da humanidade depende de uma boa educação que tenha em vista a formação de sujeitos morais, portanto, que saibam fazer bom uso da liberdade. Compreende-se aqui que para Kant, seguir um plano educacional que orienta a obedecer à lei moral e universal que legisla em cada um, com vistas ao progresso moral humano, é imprescindível para uma sociedade que visa o esclarecimento, afinal, só há moralidade onde há pensamento livre.

¹ Quanto à polêmica envolvendo o *Sobre a pedagogia* indicamos o esclarecedor texto de Robinson dos Santos (2014, p. 160-177), intitulado *O problema da autenticidade das preleções de Pedagogia de Kant*, que integra a coletânea *A Filosofia prática de Kant: ensaios*.

Mesmo em se tratando das ideias de um filósofo contextualizado na modernidade, é possível trazer, resguardados, evidentemente, todos os limites temporais e teóricos implicados, Immanuel Kant para a discussão contemporânea acerca da educação como formadora e emancipadora, portanto, promotora de um livre pensar, do direito ao exercício público da razão e a maioria intelectual, que, por sua vez, tem desdobramentos na política, na religião, no direito e no almejado cosmopolitismo. Esses com certeza, são temas que ainda nos convocam e podem subsidiar reflexões e discussões necessárias e transformadoras entre todas as pessoas da sociedade, principalmente os educadores.

2 A PERSPECTIVA KANTIANA DE EDUCAÇÃO

O século XVIII, século no qual viveu Kant, por seu confiante otimismo na razão e no seu poder emancipador, entendeu ser a educação algo que merecia uma atenção especial, de modo que como afirma Menezes (2014, p. 118):

Boa parte das reflexões desse período, acerca dos problemas educacionais, encontra-se reunida por uma de suas grandes manifestações intelectuais, a saber, o Iluminismo, quer seja em sua versão Alemã, a Aufklärung (Esclarecimento), quer seja em sua expressão francesa, as Lumières (as Luzes, ou Ilustração).

Ainda segundo Menezes (2014, p. 119), o foco de tais reflexões sobre a educação não se concentrava apenas nas técnicas e métodos para a aprendizagem do indivíduo, dirigindo-se a algo maior que era a educação do homem enquanto espécie, o que, por sua vez, envolvia a passagem da natureza à cultura.

Para a filosofia iluminista, essa passagem da natureza à cultura é mediada pela civilização; ela se situa entre a vida natural, rude, própria da primeira, e um estágio superior, concebido com base num progresso constante. O ponto distintivo, para essa filosofia, radica no seguinte aspecto: espera-se que da vida civil chegue-se à moralidade e, para que a espécie aí se localize, a educação é indispensável. Logo, a pedagogia e a educação receberão as luzes da filosofia, que fará delas um alvo privilegiado, propondo, para ambas, uma reforma. Além de ser concebida como um problema prático, a educação, também, é um problema que se impõe teoricamente ao espírito. (Menezes, 2014, p. 119)

Kant (2010, p. 26), no *Começo conjectural da história humana* (1786), não só afirma ter Rousseau em obras como o *Emílio* e o *Contrato social* tentado resolver o problema da passagem da natureza para a cultura, de modo que pudéssemos nos desenvolver como espécie moral, sem que isto implicasse uma oposição à espécie natural, como também tem uma clara percepção do problema, pois se o antagonismo natureza-cultura prepondera e com ele toda sorte de males é porque “a cultura, segundo os verdadeiros princípios da educação do homem e, ao mesmo tempo, do cidadão, talvez não tenha ainda começado direito, nem muito menos acabado” (Kant, 2010, p. 26-27). Assim, é do desabrochar dos verdadeiros princípios da educação que se trata, processo esse que se dá de forma lenta, haja vista que “A marcha da espécie humana até o cumprimento de sua destinação parece ser interrompida sem cessar e encontra-se em perigo constante de retroceder à antiga rudeza” (Kant, 2010, p. 28). Essa constatação não significa que Kant desacredite que a humanidade venha a cumprir sua destinação, pois, como veremos, a forma como este pensa a educação tem em vista esse desenvolvimento.

Para Kant, a educação e, de um modo geral, o desenvolvimento da humanidade, estavam alicerçados em uma preocupação com o processo educacional pelo qual o homem deveria passar desde a sua infância; proporcionando condições necessárias para a efetivação do pensar autônomo². Para o filósofo o pensar autônomo seria expressão por excelência da liberdade, o que longe de estar ligado a uma liberdade destituída de limites, pelo contrário, necessitaria da poda de nossa vontade, possível através da disciplina, elemento fundamental para o controle das nossas inclinações e responsável por nos lançar para além da subserviência à sociedade, abrindo caminho para a nossa emancipação.

A proposta pedagógica kantiana adota como finalidade principal a liberdade da criança, o que implica em educá-la em conformidade com a sua natureza, a fim de que seja possibilitado o adequado desenvolvimento de suas disposições naturais, inclusive a disposição para o uso da razão. Nessa perspectiva, devemos então permitir a criança vivenciar e explorar aquilo que é próprio a ela, pois isso a coloca em uma situação de uso da sua liberdade, ao mesmo tempo que nos dá a oportunidade de ensiná-la, simultaneamente, e auxiliá-la a não fazer dessa liberdade, um uso irrestrito e caprichoso, no qual se dá livre curso à animalidade. A ideia é viabilizar a liberdade de forma que a liberdade seja passível de coexistência e fruição na esfera do mundo civilizado.

Entretanto, pensava Kant que a vida civilizada, isto é, pautada no refinamento dos costumes, embora imprescindível, não poderia ser o fim pretendido do desenvolvimento humano. Nesse sentido a educação não pode se limitar a promover este aspecto, sendo esta vital para a *formação moral* da criança, pois através dela deve realizar-se não apenas o desenvolvimento de talentos, mas também a formação cidadã, elemento imprescindível para o amadurecimento da sociedade civil e,

² Sendo a proposta deste trabalho tematizar sobre a autonomia a partir da perspectiva na qual esta se apresenta na educação kantiana, convém explicitar que é na *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1784), que a o tema da autonomia é abordado de forma minuciosa, ainda que fugindo ao nosso propósito esse detalhamento, cumpre, no entanto, destacarmos a terceira formulação do imperativo categórico, que versa sobre “a idéia da vontade de todo ser racional enquanto vontade universalmente legisladora.” (Kant, 2009, p. 251), ou seja, que versa sobre o princípio da autonomia, portanto, de uma vontade auto legisladora, com efeito este reitera mais adiante “*que a vontade possa, mediante sua máxima, se considerar ao mesmo tempo a si mesma como legislando universalmente.*” (Kant, 2009, p. 263). Essa capacidade que todo ser racional tem de dar leis a si mesmo é a autonomia, consistindo nisso a dignidade da humanidade, pois conforme o prussiano: “A legislação, porém, que determina todo valor, tem de ter ela própria, exatamente por isso uma dignidade, isto é, um valor incondicional [...]. A autonomia, portanto, é o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda natureza racional.” (Kant, 2009, p. 269). Investir numa proposta pedagógica defensora do pensar, é investir, mesmo quando implicitamente, na autonomia como fundamento da dignidade humana.

consequentemente para o desenvolvimento da humanidade, uma vez ser condição necessária para o progresso moral humano.

Em sua obra *Sobre a pedagogia* que reúne intuições e ideias do filósofo acerca do processo pedagógico-moral no contexto educacional, o filósofo nos diz: “O homem é a única criatura que tem de ser educada. Por educação compreendemos os cuidados (alimentação, subsistência) disciplina e instrução juntamente com a formação. Por conseguinte, o homem é bebê – educando – formando.” (KANT, 2019, p.9). O desenvolvimento da educação para Kant, cabe inteiramente ao homem, e apenas a ele, e deve ser principalmente, instruído a agir livremente.

Ou seja, trata-se de uma educação para a personalidade, de um ser que inserido no mundo apresenta-se como selvagem e rude em seu estado natural, necessitando de cuidados e formação. Nos ensinou Kant (2019, p.27) que a pedagogia ou é *física* ou é *prática*. A educação física é aquela que o homem tem em comum com o animal, ou também entendida como os primeiros cuidados. Já a educação prática ou moral é aquela através da qual o homem deve ser formado, para que possa viver como um ser que age livremente, que pode sustentar a si próprio e constitui um membro da sociedade, mas que pode ter um valor interior por si próprio. A educação consiste então, na formação *escolástico-mecânica*, em atenção à aptidão; na *formação pragmática*, em atenção à prudência e na *formação moral*, em atenção aos costumes, ou à liberdade.

Segundo Kant (2019, p.27) o ser humano tem necessidade de uma formação *escolástica* ou de instrução, pois esta confere-lhe um valor em atenção a si próprio enquanto indivíduo, é a primeira parte da educação, acontecendo em simultâneo com os cuidados. Essa instrução é a parte positiva da formação e refere-se ao ensino e orientação (condução na prática daquilo que aprendeu) e nesta medida faz parte da *cultura* que engloba o desenvolvimento das aptidões e a prudência que diz respeito à civilidade, que o tornará cidadão e o fará adquirir valor público. Em contrapartida, a disciplina é a parte *negativa* da formação, já que é ela que remove o elemento selvagem do homem e transforma a animalidade em humanidade.

Nos primeiros estágios da vida, ou seja, na infância, o homem precisa de um preceptor, fazendo-se necessário aqui, distinguir do instrutor. O instrutor é um mero professor, que educa para a escola e auxilia na formação *escolástico-mecânica* em atenção às aptidões. O preceptor é um guia para a vida e orienta na formação

pragmática com atenção à prudência e na formação *moral* em atenção aos *costumes*. Ora, posto que nos homens o desenvolvimento das disposições naturais não ocorre por si, pois, encontra-se primeiramente num estado rude sem a faculdade da razão desenvolvida, por esse motivo é necessário alguém que lhes eduque e trabalhe no desenvolvimento dessas disposições naturais, portanto, alguém que lhes aplique a *disciplina* e a *instrução*.

De acordo com Kant (2019, p.22) a primeira época do educando é aquela em que tem de dar provas de submissão e obediência passivas; a outra, aquela em que lhe deve ser permitido fazer já um uso da reflexão e da sua liberdade, claro que sob leis. Na primeira, trata-se de uma coação mecânica, na segunda, moral. Por isso, a importância de, desde, as crianças estarem submetidas às leis da humanidade e sentir a coação de tais leis, por isso elas tem de ir cedo à escola.

Pela sua ingenuidade a criança é susceptível a moldura e absorve com mais facilidade o que lhe é ensinado, essa é a fase propícia para receber uma formação *escolástico-mecânica*, e, sobretudo, para que receba uma orientação que se caracterize pela possibilidade de se habituarem a observar o que lhes é prescrito e no futuro não saiam colocando em prática tudo que lhes vêm à cabeça, essa já é uma condição de possibilidade para que a criança aprenda a usar seu entendimento e avaliar suas ações por si mesma.

Esta etapa é fundamental e por tamanha importância, tem de ser feita por instrutores esclarecidos que instruem e orientam seus educandos em sua primeira época de aprendizagem, “o homem só se pode tornar homem através da educação. Nada mais é do que aquilo em que a educação o torna. É de notar que o homem só pode ser educado por homens, por homens que foram igualmente educados.” (KANT, 2019, p.12). Por isso, devemos elevar a atenção ao instrutor/preceptor e à forma como é repassada essa educação, pois a falta de disciplina e instrução em alguns homens pode torná-los maus educadores dos seus educandos.

A *educação física* ainda no estágio de criança, consiste apenas em cuidados. A princípio esta educação é meramente negativa já que se resume em não permitir que a natureza da criança estorve. O *fortalecimento de suas capacidades* e a *resistência* dos pais são duas características essenciais.

É de notar, em geral, que a primeira educação é meramente negativa, quer dizer, não é necessário acrescentar nada de novo, nem uma só coisa, à providência da natureza, mas permitir apenas que a natureza não estorve. Se

alguma arte for permitida na educação, só pode ser a do fortalecimento. (Kant, 2019, p.32)

No que se refere à formação do ânimo da criança, que segundo Kant (2019, p.38) também pode se designar por física, é necessário observar principalmente que a *disciplina* não seja servil, mas que a criança tenha sempre de sentir a sua liberdade, só que de tal modo que não perturbe a liberdade dos outros; daí que tenha de encontrar resistência. Assim a criança aprende a ser respeitosa, aqui se faz tão forte a necessidade de resistência dos pais que não devem se curvar aos caprichos da criança, mimando-a demais e tornando-a cheia de vontade e impaciente.

Se satisfizemos, na primeira infância, porém, todos os seus caprichos, estragamos-lhes o coração e os costumes. (...) É claro que a criança ainda não tem um conceito de costumes, mas estraga-lhes as suas disposições naturais pelo fato de se ter de aplicar castigos muitos duros depois, a fim de reparar os estragos. (Kant, 2019, p.34)

É importante também que a ensinem a ser compreensiva e amável para que posteriormente não se utilize de seus desejos e inclinações para conseguir o que quer e, simultaneamente, que os pais também não a censure, tornando-a dissimulada e criando reservas, não transparecendo o que realmente é, dificultará mais tarde, que quando adulta se expresse livremente, não exercitando talvez, futuramente, publicamente sua razão.

A parte *positiva* da educação física é a *cultura*. De acordo com Kant, o homem distingue-se do animal por referência a esta. Consiste ela principalmente no exercício das faculdades do ânimo, por isso os pais tem de proporcionar aos filhos as oportunidades para que tal suceda. De acordo com Kant, o que há a observar nesta parte da educação física, do ponto de vista *do corpo* refere-se ao uso de movimentos voluntários ou aos órgãos dos sentidos.

No primeiro caso, importa que a criança se auxilie sempre a si própria, para isso, requer-se forças, destreza, agilidade e segurança, pois quanto mais o corpo se fortalece e endurece desta maneira, tanto mais está seguro das consequências nocivas do mimo. No segundo caso, sobre os órgãos dos sentidos, não se deve, porém, deixar que a criança se habitue a nada que acabe por se lhe tornar uma necessidade, nem mesmo as coisas boas, pois a desabituação depois é muito difícil, quanto mais hábitos um homem tem, menos livre e independente ele é. Por isso devemos impedir que nasçam habituações nas crianças.

É importante destacar a menção que Kant dedicou neste momento da

educação, à *disciplina*, enfatizando que esta tem de ser introduzida logo cedo, porém sem necessidade de sinalização para a criança, desta introdução. Aqui Kant também advertira que deve-se velar, porém, para que se forme as crianças, na *cultura do seu corpo*, também para a sociedade:

A criança não só não pode ser enfadonha na sociedade como também não pode ser insinuante. Deve ser familiar com quem frequenta, sem ser indiscreta, sincera sem ser impertinente. O meio para isso é: nada se corrompa, não se lhe ensine conceitos de decoro, através dos quais se torne acanhada e receosa dos homens, ou, por outro lado, seja levada à ideia de se querer fazer valer. Nada é mais ridículo do que o recato precoce ou a presunção impertinente da criança. (Kant, 2019, p.44)

Portanto, temos que fazer a criança sentir às suas fraquezas, mas não em demasia com a nossa superioridade e domínio, para que ela se forme de fato a partir de si mesma, como um homem que deve viver em sociedade, onde o mundo tem de ser suficientemente grande para ela própria, mas também para os outros.

Agora, quanto à cultura *da alma* ou do *espírito*, que Kant (2019, p. 45) alerta que também pode ser designada como física, isso não significa que não sejam distintas a natureza e a liberdade, as *leis da natureza* e a *lei moral*. Todavia, o prussiano observa que “A natureza do corpo e da alma concordam no fato de se procurar impedir uma corrupção, quando da sua formação recíproca.” (KANT, 2019, p.45)

É preciso esclarecer uma possível confusão entre a educação física do espírito e a educação moral, esta visa apenas a liberdade e aquela apenas a natureza. Afirmara Kant: “uma pessoa pode ser fisicamente muito cultivada; pode ter um espírito muito formado, mas ser em simultânea mal cultivada moralmente, ser uma criatura má” (Kant, 2019, p.45). Portanto, a cultura física da alma ou do espírito não pode ser confundida com a educação prática, esta última é pragmática ou moral. Neste caso, chamamos de *moralização*, não *cultivo*.

A cultura física do espírito divide-se em *livre* e *escolástica*. Sobre esses dois tipos de cultura, devemos entendê-las da seguinte forma: sobre a primeira, podemos entendê-la como ocupação no jogo, e a isso entendemos por estar ocupado no ócio; sobre a segunda, podemos entendê-la como ocupação sob coação, e a isso chama-se trabalhar. Esses dois tipos de cultura devem estar em acordo e acontecer reciprocamente.

A intenção aqui é estabelecer que a criança deve brincar, ter horas de repouso,

mas também tem de aprender a trabalhar. No trabalho, a ocupação não é agradável em si mesma, pois é realizada com um propósito em vista. No jogo, a ocupação é agradável em si e sem propósito algum além do lazer. Mas porque tal preocupação com essas duas ocupações? Ora, Kant (2019, p. 47) nos advertiu que se a criança tem de ser habituada a trabalhar isso deve ser feito na escola. É nesse sentido que afirma que “A escola é uma cultura por coação” (Kant, 2019, p. 47), trata-se de uma coação necessária, pois a criança precisa entender que nem tudo é um jogo, uma vez ser nocivo habituar-se a considerar as coisas dessa forma. De acordo com Kant é preciso distinguir o tempo do lazer, do tempo destinado às tarefas, sendo importante haver tempo destinado às duas coisas.

A cultura *livre* é como um jogo e tem que ser que sempre observada no educando, já que se trata das horas de recreação que a criança deve ter, ora, é saudável para a criança que tenha lazer; para as crianças devem existir as regras, os limites e a resistência dos pais, como já foram ditas aqui, porém além desta disciplina, ou melhor simultaneamente com esta, devem existir também as formas de as crianças desfrutarem de sua natureza infantil, ou seja, as formas de brincar. Para um desenvolvimento sadio, devemos propiciar tais momentos de lazer para o educando, combinados à algumas condições. São nestes momentos inclusive, que se num ambiente coletivo, a criança poderá inserir-se em grupos, ter contato com outras crianças e aprender a respeitar a liberdade delas, ou se for um lazer individual aprenderá a respeitar as regras impostas pelos pais ou preceptores, como por exemplo, o tempo permitido para brincar e retornar para as tarefas da escola ou de casa. Por isso a importância da observação neste tipo de cultura.

A cultura *escolástica* pelo contrário, é como um negócio e o educando é considerado como que sob coação. Logo, esta caracteriza-se por ser um trabalho para a criança. Aqui devemos entender por trabalho, não uma exploração infantil, obrigando a criança a utilizar de suas forças de forma subserviente ou escrava, para servir a algo ou alguém, em hipótese alguma. Trata-se de delegar tarefas e deveres às crianças por vezes até desagradáveis à criança para que esta aprenda a ter consigo mesmas e com algumas coisas necessárias ao cotidiano. Por exemplo, designar metas ou prazos para determinadas atividades, cobrar que as crianças façam seu dever de casa enviado da escola ou ensiná-las a ajudar com algumas tarefas domésticas. Tal exercício é necessário para o entendimento das crianças

sobre os limites necessários e que existe tempo para tudo.

A utilidade dessa coação, que visa habituar a criança ao trabalho, mesmo que não seja compreendida de imediato será descoberta por esta no futuro. É digno de nota, que Kant (2019, p. 47) frisa, que o fato da educação dever se conformar à coação não a autoriza a ser servil.

Vicenti (1994) entende que essa função coercitiva da escola defendida por Kant tem por fim impor limites ao livre-arbítrio a fim de que este não se configure como um empecilho à verdadeira liberdade, dessa forma, afirma:

[...] antes que a criança possa apreender sua liberdade interior e sua autonomia, tornamo-lhe assim manifesta a possibilidade de não satisfazer de imediato seu pendor natural, e de orientar de modo diferente seu livre-arbítrio. Prepara-se, então, através da coerção, o exercício de um arbítrio verdadeiramente livre. (Vicenti, 1994, p. 23).

Kant (2019, p. 47) sinalizou que, no atinente à *livre* cultura das faculdades do ânimo, mas agora especificamente a *cultura particular das faculdades do ânimo*, nota-se que está sempre a avançar. Refere-se, com efeito às faculdades superiores. As faculdades inferiores são igualmente cultivadas, mas apenas em referência às superiores; a argúcia por exemplo, em referência ao entendimento. Aqui a regra principal, o mais importante a saber, é que nenhuma faculdade do ânimo deve ser cultivada isoladamente por si, mas que o cultivo de cada uma seja sempre em referência às outras: por exemplo, o cultivo da faculdade inferior *imaginação* deve ser feito em referência apenas para a vantagem da faculdade superior do *entendimento*.

Por si só, as faculdades inferiores não possuem nenhum valor, assim Kant (2019, p. 48) exemplificou: um homem que possui uma grande memória, mas que não possui faculdade de ajuizar não passa de uma enciclopédia viva, ademais alguns animais também podem possuir grande memória e a ainda assim, servirem apenas como meios para fins humanos, pois não conseguem realizar nada de brilhante; a argúcia dá puras tolices, quando não se lhe acrescenta a faculdade de julgar. Sobre a importância do cultivo das faculdades inferiores em correspondência às superiores, Kant nos deu como exemplo, o entendimento:

O entendimento é o conhecimento do geral. A faculdade de julgar é a aplicação do geral ao particular. A razão é a faculdade de aprender a ligação do geral ao particular. Esta cultura livre abre seu caminho desde a infância até a época em que o adolescente completa toda a educação. (Kant, 2019, p.48).

As coisas existentes estão constituídas de tal modo, que o entendimento segue

primeiramente as impressões sensíveis, e a memória deve retê-las. A memorização apesar de necessária, de nada serve como mero exercício, ou seja, se não for exercitada com vista à um propósito além de apenas interiorizar determinadas coisas. Para Kant, devemos ocupar a memória apenas com assuntos que temos interesse em conservar e que têm uma relação com a vida real.

O que for servir apenas para mera diversão, contribuindo para a produção de devaneios deve ser evitado, pois, ao mesmo tempo que aguça a imaginação, prejudica a memória, daí a crítica que Kant dirige aos romances: “Nas crianças o mais nocivo é a leitura de romances, visto que não farão outro uso deles a não ser o de se divertirem quando lêem” (Kant, 2019, p.49). Esse tipo de leitura, sem nenhuma finalidade maior, causadora de ilusões nas crianças e do enfraquecimento de sua memória, deve ser evitada. Para o filósofo, a ideia de fixar romances para contar aos outros implica num mal uso da memória, considerando que esta ao invés de estar ocupada com histórias imaginárias poderia estar ocupando-se com assuntos reais, que tem menos riscos de levar as crianças às fantasias e ilusões, portanto, distrações.

Ainda segundo Kant (2019, p. 49): “Nunca podem ser toleradas distrações, pelo menos na escola pois acabam por produzir um certo pendor para tal, um certo hábito. Mesmo os talentos mais belos arruínam-se naquele que se entregue à distração”. Por este pensamento entendemos a recusa do filósofo prussiano aos romances, que é utilizado para exemplificar sua preocupação com a tendência aos devaneios, hábitos, vícios ou qualquer outra coisa que possa ameaçar o desenvolvimento da liberdade do educando, pois as fantasias em demasia dificultam o processo de construção da racionalidade ou até mesmo a impede, e alguém que se deixa levar por hábitos, já não pode ser considerada livre.

Por esse motivo, a memória tem de ser cultivada cedo e imediatamente, sem que se esqueça com isso do entendimento. Kant (2019, p. 49) nos demonstrou como cultivar a memória: “1) através da fixação de nomes nas narrativas; 2) através da leitura e da escrita (...); 3) através das línguas que tem de ser ensinadas às crianças inicialmente através da audição, antes de conseguirem ler alguma coisa”.

Para além do cultivo dessas faculdades, também deve-se procurar combinar paulatinamente no ensino das crianças, o saber e o poder, assim como o saber e o falar que devem estar conectados. É de extrema importância que o educando aprenda assim que possível, claro, a distinguir muito bem o saber do mero opinar e crer, deste

modo, prepara-se um entendimento e um gosto correto.

Para Kant as regras devem estar presentes em tudo o que deve educar o entendimento e, principalmente, devem ser abstraídas por quem as obedece, do contrário, o entendimento agirá mecanicamente, sem a consciência do motivo pelo qual está obedecendo a regra. É certo que muitos educadores assim procedem ao ensinar ou impor alguma regra, exigindo que o educando obedeça, mas sem que este entenda a motivação por trás desta, apenas seguindo ordens.

Foi dito anteriormente que num primeiro momento, a obediência do educando é cega e que a disciplina lhe deve ser aplicada sem o seu conhecimento, porém ao tratarmos de regras, é fundamental fazer com que o educando entenda porque está seguindo-as, porque está agindo de determinada forma, essa compreensão é imprescindível para a formação do entendimento e da ação consciente. Do mesmo modo que é útil levar as regras à uma certa fórmula, devem ser aplicadas as regras e seus usos de forma consciente andando passo a passo. É através de regras que o educando aprende a refletir sobre que uso deve fazer do seu entendimento e penetra nos fundamentos do que acontece à sua volta.

Ainda sobre a cultura *particular* das faculdades do ânimo, segue um pequeno resumo, para melhor assimilação: esta compreende as *faculdades inferiores* do entendimento que diz respeito à cultura da faculdade de conhecer, dos sentidos, da imaginação, da memória, da fortaleza da atenção, e da argúcia. No que concerne às *faculdades superiores do entendimento* temos: a cultura do entendimento, da faculdade de julgar e da razão.

Kant nos explicou sobre a faculdade superior do entendimento:

De início entendimento pode ser, em certa medida, formado também passivamente: através de menção de exemplos para as regras ou, ao invés, através da descoberta de regras para os casos particulares. A faculdade de julgar mostra que uso se deve fazer do entendimento. Este é necessário para compreender o que se aprende ou se diz, e para não repetir nada sem o compreender por exemplo, como algumas pessoas que leem e escutam algo sem o compreenderem, ainda que acreditem que o compreendem. (KANT, 2019, p.52)

Por essa passagem entendemos é através do cultivo da *faculdade de julgar* que o educando aprenderá a utilizar-se de seu *entendimento* de forma benéfica para si e para os outros ao seu redor. Além disso, claramente Kant retoma a necessidade de cultivar simultaneamente as faculdades inferiores em referência às superiores, assim como a necessidade de ensinar ao educando a não reproduzir o que não

entende e estar atento à veracidade ou credibilidade do que lhes é transmitido. Para tanto é importante que o educando saiba distinguir entre o saber e o mero opinar, que já fora mencionado anteriormente. Ademais, no que concerne à *razão*, esta é que penetra nos fundamentos das coisas, considerando que neste momento da educação, a infância, o que está aqui em causa é uma razão que ainda não está encaminhada. Também não se refere à *razão especulativa*, mas sim à reflexão sobre o que acontece, segundo as causas e efeitos, logo, uma razão prática.

Para Kant (2019, p.53) “O melhor cultivo das faculdades do ânimo é fazer por si tudo o que se quer realizar”, ou seja, colocando em prática aquilo que fora aprendido. Mais adiante observa o filósofo que “Na formação da razão tem de se proceder socraticamente.” (Kant, 2019, p. 53). Mas o que significa isso? Ora, Sócrates fazia com que seus interlocutores parissem, através de seus diálogos, conhecimentos, extraíndo-os de sua capacidade de raciocinar. Embora no que se refere às crianças elas não precisem ter sua razão exercitada em muitos assuntos, mas em temas em que isso precise acontecer, como é o caso dos fundamentos dos seus deveres, faz-se imprescindível, segundo Kant, que os fundamentos de suas ações devam ser “paridos” pelo próprio educando, isto é, socraticamente, ao invés de vir de fora.

Até aqui o processo pedagógico da infância se apresentou da seguinte forma: *cultura geral das faculdades do ânimo*, que diz respeito à aptidão, ao aperfeiçoamento e fortalecimento das faculdades do ânimo do educando. Essa cultura geral pode ser *física* ou *moral*. Nos detemos até aqui na cultura *física*, ou seja, no exercício e na disciplina, sem que o educando tenha consciência dos fundamentos das suas ações e por isso é uma cultura *passiva* para o formando.

A partir daqui trataremos da cultura *moral* que é *ativa* e se assenta no conhecimento e consciência das máximas. Conforme a *Fundamentação da metafísica dos costumes*, Kant (2019, p.32) define máxima como sendo o princípio subjetivo do querer. Neste momento da educação o educando deve aprender a agir bem não por hábito, mas a partir das suas máximas e que as suas atitudes não devem ser boas só pela aprovação dos outros, mas que sejam boas em si mesmas. Pois todo valor moral consiste na intenção da ação, ou seja, na máxima que a motiva. Portanto, o educando deve conhecer os fundamentos de suas ações e agir por dever.

A obediência à direção de outrem é de suma importância, visto que essa condição é o que disciplina a vontade da criança e impede que sua vontade seja

corrompida pelas inclinações sensíveis. Mas para uma educação que visa a autonomia, não é a obediência cega, nem mesmo a disciplina, o princípio fundamental, apesar desta ser o elemento que abre espaço para a razão.

Por isso, ao falarmos de uma educação para a autonomia ou em formação moral - educação para atitudes éticas e para o esclarecimento - falamos de uma *educação moral* apoiada em máximas. Kant (2019, p.57) nos instruiu sobre as máximas, que estas têm de nascer da própria pessoa e que a cultura moral compreende os conceitos do que é bom e mau, e isso deve ser ensinado desde cedo às crianças. Junto a isso, se nos advertiu que, se queremos fundar a moralidade nas crianças, não podemos castigá-las, pois a moralidade é algo tão sagrado e sublime que não podemos desonrá-la colocando-a no mesmo patamar da disciplina. Com a educação moral chegamos ao desenvolvimento dos outros momentos da educação.

O primeiro esforço na educação moral é formar um *caráter*. O caráter consiste na prontidão a agir segundo máximas. De início, são máximas escolares, em seguida, máximas da humanidade. De início as crianças obedecem às leis. As máximas também são leis, só que subjetivas; nascem do próprio entendimento do homem. (Kant, 2009, p. 57).

Conforme Kant (2019, p.57) se queremos formar um *caráter* nas crianças, é indispensável tornar-lhes perceptível, em todas as coisas, um certo plano, certas leis, que têm de ser estritamente seguidas, considerando também que nas crianças não devemos formar o caráter de um cidadão, mas sim o caráter de uma criança. Para tal tarefa, Kant citou três traços que são fundamentais no que diz respeito à consolidação do caráter, são eles: a *obediência*, a *veracidade* e a *sociabilidade*.

No que diz respeito à *obediência*, Kant (2019, p.58) nos explica que esta pode ser dupla, da seguinte forma: uma obediência à vontade *absoluta*; ou uma obediência à *vontade reconhecida como racional e boa* de um guia. A obediência pode ser derivada da coação e, então, é absoluta, porém quando derivada da confiança consiste na vontade reconhecida como racional e boa de um guia. Esta tem a primazia por ser voluntária, não fundada na autoridade de outrem, entretanto, “aquela é extremamente necessária, na medida em que prepara a criança para cumprir aquelas leis que, como cidadão, terá de cumprir no futuro, ainda que não lhe agradem” (KANT, 2019, p.58). Para Kant é importante também diferenciar a obediência da criança, da obediência do adolescente. Neste caso, a obediência consiste na sujeição às regras do dever, ora, fazer algo por dever significa obedecer à razão, porém, discursar para

as crianças acerca do dever é trabalho vão.

Um segundo traço importante para a fundação do caráter da criança é a *veracidade*. Kant a coloca como principal traço do caráter, e demonstra sua aversão total à mentira, pois quem mente não tem caráter e não possui dignidade, o que é necessário para a ideia de autonomia. Neste momento da educação, diferente da infância, já é adequado que os pais ou preceptor incitem no adolescente, a vergonha, pois agora já podem compreender o motivo de envergonharem-se por algo, neste caso, pelo ato de mentir. O sentimento de vergonha funcionará para que não repitam tal ato, para o entendimento da malícia e feiura desta atitude. Assim a criança se habituará a mentir sem consequência alguma.

O terceiro traço fundamental para a consolidação do caráter de uma criança é a *sociabilidade*. Este aspecto consiste na amizade, no convívio harmonioso de uma criança com outras crianças e na disposição de se colocar a serviço do próximo. Uma criança em harmonia com outras, é uma criança verdadeiramente feliz e que conservará o coração alegre no decorrer de seu desenvolvimento. Sobre esse aspecto, Kant atestou que as crianças devem preparar-se para o mais doce gozo da vida e belamente escreveu: “As crianças também têm de ser francas e tão alegres no seu olhar como o sol. Só o coração alegre é capaz de sentir comprazimento no bem” (Kant, 2019, p.61)

Chegamos agora à *educação prática*, que por sua vez, irá trabalhar a *disciplina* e a *instrução* no educando durante a sua adolescência, etapa em que está se encaminhando para a civilidade. É neste momento da educação, que há a preocupação e auxílio do preceptor em fazer com que o educando aprenda a pensar por si, pois lembremos que o educando não tem necessidade apenas de cuidados, mas também de formação da personalidade.

Por isso a educação prática visa formar o caráter, já definido como a prontidão a agir segundo máximas. Estas devem vir do próprio educando, as quais fundamentarão suas ações a partir dos conceitos de dever. Esse momento da educação responsabiliza-se em possibilitar ao educando a capacidade de elaborar suas próprias máximas que deverão fundamentar as suas atitudes, porque não é suficiente apenas discipliná-los e habituá-los a seguir regras, como já feito na etapa educacional anterior, neste momento da educação o correto é instigá-los e orientá-los a refletir sobre suas ações e sobre as coisas que acontecem ao seu redor, e

principalmente, a tomar decisões morais e escolher bons fins.

Da educação prática fazem parte a aptidão, a prudência mundana e a moralidade. Segundo Kant (2019, p. 65) no que diz respeito à aptidão, pertence ao talento e tem de estar garantida no educando, de forma que não seja efêmera, mas que efetivamente, o educando se utilize de seus conhecimentos e que posteriormente seja capaz de colocá-los em prática. Portanto é necessária a solidez na aptidão e também que esta torne-se gradualmente um hábito do modo de pensar. Este hábito aqui é permitido, pois é essencial para o caráter de um homem.

A *prudência mundana*, consiste na arte de o homem usar as suas aptidões de modo que a aproveite aos outros. É a arte de utilizar nossas aptidões entre os outros, ou seja, o modo em que podemos nos servir de outras pessoas para os nossos propósitos. Para tal arte, requer-se algumas habilidades, como listou Kant (2019, p.66) a *dissimulação* no sentido de reserva dos próprios erros e manutenção da aparência exterior, por isso é por vezes permitida, diferentemente da dissimulação citada anteriormente na educação na infância, que é provocada pelas indevidas represálias; o *zelo*, para nos precavermos de ações prejudiciais a nós mesmo e não sejamos negligentes com os outros; e o *voluntarismo*, que consiste na boa vontade e boas ações do sujeito direcionadas ao próximo.

A moralidade diz respeito ao caráter. Sustine et abstine [...] é a preparação para uma sábia moderação. Se quer formar um bom caráter, só tem de se eliminar as paixões. O homem tem de se habituar às suas inclinações de tal modo que elas não se tornem paixões, tem antes de aprender a passar sem aquilo que lhe é recusado. Sustine significa: suporta e habitua-te a aguentar” (Kant, 2019, p. 66)

A solidez do caráter se resume em querer fazer algo e seu exercício real, um homem que se propõe a fazer algo, mas não o faz já não pode confiar em si mesmo. Nas crianças deve-se acentuar isso através de deveres a cumprir consigo mesmas e com os outros. O dever para consigo mesmas, contudo, consiste em o homem conservar a dignidade da humanidade na sua própria pessoa. Ou seja, a criança não deve estar repleta de sentimentos, mas sim com a ideia de dever. Os sentimentos impulsionam os homens a seguir seus desejos e vícios, ao contrário da razão que conduz à moralidade. O homem pode desenvolver os germes para o bem, pois para Kant ele não nasce bom nem mal, mas com disposições para serem desenvolvidas.

Segundo Kant, o homem tem em si originalmente estímulos para todos os vícios, afinal, tem inclinações e instintos que o incitam, mas contra isso a natureza os

deu à disposição a razão, pronta para ser cultivada e fazer desse homem um ser moral, capaz de almejar estar livre de cuidados agindo apenas conforme o conceito de dever e, conseqüentemente, moralmente. Afirmara o filósofo:

[...] uma boa educação é justamente aquilo donde brota todo o bem no mundo! É necessário somente desenvolver cada vez mais os germes que residem no homem. Pois os fundamentos do mal não se encontram nas disposições naturais do homem. A causa do mal é somente o não se submeter a natureza a regras. (Kant, 2019, p.17)

A ênfase aqui está na necessidade da inserção da educação com seu caráter emancipador desde a infância, perpassando a adolescência, que primeiro se ocupa de impedir a manifestação de uma forma de liberdade irrestrita, limitando o educando, porém com vistas ao bom uso dessa liberdade, ao desenvolvimento da sua autodeterminação, preparando-o para sair de bom grado da tutela de seu preceptor. Dissera Kant em sua obra *Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”*?

É difícil portanto para um homem em particular desvencilhar-se da menoridade que para ele se tornou quase uma segunda natureza. Chegou mesmo a criar amor a ela, sendo por ora realmente incapaz de utilizar seu próprio entendimento, porque nunca o deixaram fazer a tentativa de assim proceder” (Kant, 2005, p. 64).

Essa menoridade intelectual é natural na infância e a tutela do instrutor e preceptor é necessária nos primeiros momentos da educação para o educando, mas deve ser observada e para isso, serve a formação moral, para evitar que tal menoridade perdure durante sua vida. Deve ser fornecida essa orientação moral ao educando, e se mesmo assim ele desejar permanecer tutelado, mesmo após ter entendido como fazer uso de sua liberdade, será por sua escolha não por ausência de formação.

Em sua época, o filósofo afirmou: “vivemos na época da disciplinarização, da cultura e da civilização, mas estamos longe de viver na época da moralização” (KANT, 2019, p.20), tal afirmação não se distancia da atualidade, considerando que ainda é difícil encontrarmos educadores que realmente criem condições de possibilidade para o desenvolvimento da liberdade e do agir moral nas crianças. Por isso devemos ainda promover uma educação que favoreça o desenvolvimento do pensar nas crianças, isso leva-nos ao princípio donde brotam todas as ações, fazendo-as entender a prática de escolher bons fins, como uma prática de bem próprio (por amor a lei) e entendendo seu real sentido.

É importante que o educando aja construindo suas próprias leis, que o que regule as suas ações seja apenas a consciência de não estar agindo mecanicamente, seguindo leis já impostas ou estando constantemente coagido às leis civis ou morais não raciocinadas. A capacidade em se servir de sua liberdade equivale, sob a perspectiva kantiana, em fazer um bom uso da liberdade em criar condições de possibilidade para que na idade madura, o educando possa atingir um livre pensar, vulgo pensar por si, ser autônomo, para tanto faz-se necessário passar pelo processo pedagógico sistematizado por nosso filósofo.

A moralização do ser humano é o ideal a ser perseguido no processo de educação, isto partindo de uma educação mais voltada, em primeiro momento à prática, e em um segundo momento mais abstrato, teórico, quanto à formação de conceitos. Isto perpassando, em seus dois momentos, a questão essencial da disciplina dos indivíduos, para que aos poucos possam alcançar o esclarecimento, nesta sua saída da menoridade à maioridade. Daí, então chegar à autonomia de pensamento frente às mais diversas circunstâncias de sua vida em sociedade. (Brito & Lima, 2017, p. 200)

Como um ser sensível o homem deve conscientizar-se do seu livre-arbítrio e escolher através de sua formação as disposições e desenvolvê-las, para posteriormente fazer bom uso de sua liberdade. Essa consciência só é possível pelo processo pedagógico que se caracteriza pela construção enquanto educando-formando constituído da educação física onde lhe foi aplicada a disciplina, e a prática, que o conduzirá a servir-se apenas de sua própria razão analisando sempre se o que admite pra si pode ser aplicado universalmente aos outros, ou seja, se sua máxima pode tornar-se uma lei universal e necessária, firmando-se como um imperativo categórico,

Ora, o imperativo categórico, que é um comando que se aplica a todas as pessoas em quaisquer circunstâncias independentemente do desejo ou consequências, está imediatamente ligado às disposições naturais: técnica, prudência e moralidade e “é, portanto, só um único, que é este: age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal” (Kant, 2019, p.62).

Nesse caminho em direção à realização da moralidade, Kant nos apresenta uma proposta de uma educação capaz de possibilitar ao homem uma ampla formação, não apenas enquanto indivíduo, mas também como cidadão, e de modo especial, uma formação moral, por isso sua meta principal é educar com vistas a um

pensar autônomo, que, por sua vez, é condição de possibilidade para o agir moral. Em outras palavras:

Kant compreende que a educação tem um aspecto pragmático, transformando-se em uma ferramenta para a pedagogia. A educação é um instrumental que tem que por objeto preservar a vida, buscar a civilização e direcionar o ser humano à prática de princípios morais. A educação tem como função encaminhar o ser humano em direção ao fim último, que é sua ideia de perfeição. Portanto, uma educação que atinja sua finalidade cumpre, ao mesmo tempo, a finalidade da filosofia moral e política. O ser humano moral é o ideal a ser perseguido no processo de educação, e apenas uma sociedade politicamente justa está apta a capacitá-lo a cumprir sua inteira destinação. (Brito & Lima, 2017, p. 217)

Portanto, se quisermos uma educação transformadora que acrescentará sempre algo positivo nas futuras gerações, na perspectiva kantiana, é fundamental que o educador desenvolva nos seus formandos a *disciplina*: que é o que fará com que a criança aprenda a controlar sua animalidade, isto é, sua condição selvagem, evitando que esta prejudique a si mesmo e aos outros; e a *cultura*: referente ao ensino, ao desenvolvimento das aptidões; à prudência: onde desenvolverá a civilidade, tornando-se cidadão e adquirirá valor público; e a *moralidade*: onde terá a disposição e a consciência de somente escolher os bons fins, ou seja, fins aprovados por todos os homens e simultaneamente entendidos como os bons fins de cada qual. Sendo esta última a mais importante e tardia.

3 O PAPEL FUNDAMENTAL DA DISCIPLINA PARA A PEDAGOGIA

[...] Não existe ninguém que desprovido de cuidados na sua juventude, não veja por si, na idade madura, onde foi negligenciado, seja na disciplina, seja na cultura (como também se pode designar a instrução). Quem não é cultivado é rude, quem não é disciplinado é selvagem. O descuido da disciplina é um mal maior que o descuido da cultura, pois esta pode ser recuperada posteriormente; o elemento selvagem, porém, não pode ser removido, e um engano na disciplina nunca pode ser reparado. (Kant, 2019, p.12)

O enfoque da educação como instrumento para se chegar à autonomia do pensar, traz consigo a importância da *disciplina* nesse processo, pois ensina ao educando como fazer uso de sua liberdade, cultivando-a através da coação, e abrindo caminho para a racionalidade do educando. Na infância, primeiro estágio na vida do homem, a disciplina é voltada inteiramente aos cuidados, etapa em que o homem é um instrumento a ser lapidado preparando-o para as outras etapas do processo de formação.

Apesar dessa primeira fase da educação ser *negativa*, no sentido de remover a selvageria ou rudeza do educando, ela é essencial pois impedirá que a natureza da criança estorve, além de favorecer o fortalecimento das suas capacidades. E é nesse estágio também que a disciplina agirá como limitadora da liberdade, pois uma criança com liberdade sem disciplina é alguém sem limites que viverá em desordem, apenas em função de seus caprichos e fazendo desta uma liberdade prejudicial para si mesma e para os outros ao seu redor.

Por esse caráter “negativo”, já foram levantadas perguntas como: o que significa disciplina e que papel desempenha na tarefa educativa de estabelecer limites à ação infantil? A disciplina não pode tornar-se repressora e, por assim dizer, induzir que a criança crie uma tendência a viver tutelada posteriormente? Tais perguntas suscitadas são passíveis de resposta à luz das obras kantianas, que nos levam ao entendimento da necessidade da disciplina como parte integrante da educação. Consciente de que ao falarmos de educação estamos diante de um dos problemas mais complexos e difíceis que o ser humano já criou, Kant não poderia deixar-se guiar pela ideia reduzida de tratar a relação pedagógica a partir de um conjunto de técnicas organizadas num método que terminaria por aprisioná-la como numa camisa-de-força.

Para que isso seja evitado, é necessário que o trabalho disciplinar não seja

exercido como adestramento. Esta é a garantia de que a criança não prejudique a si e aos outros e, mais importante, este é o elemento que encaixa a criança na sociedade e consequentemente, permite o uso de sua razão futuramente.

[...] a disciplina preserva o homem de se desviar, mediante os seus impulsos animais, da sua destinação - a humanidade. Tem de o limitar, por exemplo, para que não corra perigos de modo selvagem e irrefletido. A disciplina é, pois, meramente negativa, a saber, a ação pela qual se remove o elemento selvagem do homem (Kant, 2019, p.10).

Na perspectiva kantiana, não é adequada à convivência mútua, admitir uma disposição selvagem ao longo da vida, “o elemento selvagem é a independência das leis. A disciplina submete o homem às leis da humanidade e começa a fazer-lhe sentir a coação das leis. Isto tem, contudo, de acontecer cedo” (Kant, 2019, p.10). Por isso as crianças devem aprender a não restringir as regras, sejam elas impostas na escola ou em qualquer outro lugar, para a garantia de que possam conviver e respeitar desde cedo as diretrizes da sociedade, assim ela sentirá sua liberdade de forma saudável e coexistirá em harmonia socialmente. Mas em que sentido os conceitos de liberdade e disciplina são compatíveis entre si?

Segundo o filósofo, a tarefa de educar de modo a levar o homem à autonomia do pensar, é absolutamente compatível com a disciplina ou poda da vontade, pois esta última favorece a primeira, uma vez que possibilita o domínio sobre as inclinações. Para tanto, não pode ser excessivamente rigorosa a fim de não gerar servilidade, timidez ou covardia, o que seria tão prejudicial ao pensar, quanto a liberdade irrestrita (situação em que nem sequer foi aplicada a disciplina).

Aí o processo educativo é concebido como constituído por duas etapas que, embora distintas entre si, estão relacionadas umas com a outra por meio do conceito de sujeição. Na primeira etapa, que é a da sujeição passiva, devem ser oportunizadas ao educando as condições para que este desenvolva sentimentos de sujeição e obediência. Tais condições são criadas pela disciplina coativa. Na segunda, que é a etapa da sujeição ativa, o educando deve ser constantemente provocado (mobilizado ou estimulado) a fazer uso permanentemente de sua própria reflexão e liberdade, desde que ambas estejam “mediante certas leis. (Dalbosco, 2009, p.175)

O papel da disciplina é entendido primeiramente como fundamental e principalmente como equilibrador das inclinações do homem, não assumindo na perspectiva kantiana um caráter excessivamente rigoroso, mas sim, harmonioso; permitindo ao indivíduo se determinar sobre a própria vontade, não de modo a tornar-se tímido, servil ou covarde, roubando-lhe sua autenticidade, mas de forma a inseri-lo

na sociedade e dar-lhe a condição de possibilidade de pensar antes de agir, refletindo se as ações decorrentes de suas escolhas podem se universalizar, já que vivemos em sociedade e as nossas ações impactam na vida dos outros e vice-versa.

Na época de nosso filósofo, frequentemente se verificava entre os jovens europeus, bem como em muitos adultos, tal disposição selvagem através de seus caprichos, vontades, comportamentos excessivamente egoístas etc., verificados por Kant, como sintoma claro de que a vida civilizada, ou seja, polida, refinada, mediada pelas leis civis, não era suficientemente capaz de por si só pôr fim à barbárie, ao excessivo e desregrado pendor para a liberdade.

De acordo com Dalbosco (2009, p.170) Kant parte de um conceito de ação humana que pressupõe um sujeito agente constituído racionalmente de modo que possa decidir-se a agir ou não de acordo com a lei moral e, por isso, ser responsabilizado pela sua ação. E é tarefa de sua fundamentação da moralidade mostrar que a ação moral do sujeito é possível enquanto uma decisão livre e justificada racionalmente. Sua teoria educacional tem diante de si um sujeito, no caso, a criança, que age orientada predominantemente por seus caprichos e suas inclinações e, nesta condição, deve ser educada para que, progressivamente, possa agir racionalmente, isto é, possa pensar por conta própria.

Trata-se de dois tipos de ação pertencentes a um e mesmo sujeito compreendido a partir de duas fases distintas, enquanto pertencente à infância, potencialmente apto a ser educado, e à fase adulta, na qual o sujeito deve ser capaz de decidir a agir ou não de acordo com o princípio moral racionalmente justificado. O primeiro tipo é a ação da criança que constrói suas relações com o mundo orientada por uma vontade arbitrariamente livre e que encontra o motivo maior de sua ação nos seus caprichos e nas suas inclinações. Trata-se da ação própria ao 'estado selvagem' no qual predomina uma liberdade sem regras. O segundo tipo é a ação racional-livre do jovem ou do adulto que se encontra na situação de ter de tomar decisões e responder por seus atos. (Dalbosco, 2009, p.171)

A superação do que separa esses dois tipos de ação é, segundo Kant, um dos principais desafios de uma teoria educacional, tornando a pedagogia a responsável por aproximar cada vez mais a ação humana à moralização. Kant (2019, p.10) afirmara que o homem, contudo, tem por natureza um tão grande pendor para a liberdade que, se a ela se tiver de início habituado durante algum tempo, tudo lhe sacrifica. Justamente por isso, deve-se lançar mão da disciplina desde muito cedo, pois, se tal não suceder, torna-se difícil modificar o homem posteriormente, pois ele passa a seguir cada um dos seus caprichos. Logo, é esta que mesmo de forma

negativa, porém necessária, impedirá os meros erros, ou seja, limitará a liberdade do educando a fim de encaixá-lo na sociedade.

A ação moral a ser empreendida pelo adulto só pode ser executada, como modo de ação conforme o imperativo moral, na medida em que for precedida por um longo processo formativo a ser iniciado ainda na infância, período no qual a criança precisa ser educada, por meio da disciplina, a viver mediante regras menores. Isso mostra então o fato de que é o exercício permanente de agir segundo regras menores que prepara progressivamente a criança para viver, já quando jovem e adulta, de acordo com máximas e leis: sem que a ação infantil seja educada pela disciplina, a fase juvenil e adulta corre o risco de não suportar viver mediante máximas e, com isso, não se sentir livremente obrigada a viver conforme a lei moral. (Dalbosco, 2009, pag.14)

Nota-se aqui, que a diferença entre a ação disciplinada e a ação moral consiste no fato de que enquanto a primeira tem o papel de evitar maus hábitos, ou seja, de evitar uma formação viciada do caráter, a moral é um tipo de ação baseada em máximas, as quais formam o “modo de pensar”. A criança tem que se acostumar a agir segundo máximas e, não segundo certos impulsos.

É importante lembrar que na infância, primeiro estágio da educação, o educando é *passivo*, dirigido por outrem, está sob coação e habituado a cumprir regras, porque é necessário que assim seja, para o uso adequado de sua liberdade; é essa direção que disciplinará a vontade do educando. Nesse momento claro, por estar sendo dirigido, ainda não conhece a origem das máximas de suas ações, ou seja, não cria suas próprias leis, até porque ainda não possuem essa capacidade de discernimento por si só. Ora, o ser humano não nasce com posse do pensar por si, o ser humano aprende. Esta etapa de escolherem as máximas que fundamentarão suas ações é um passo futuro a ser seguido. Tal ênfase já faz-se essencial aqui para descaracterizar a disciplina como repressora e indutora de uma vida sob tutela.

Se a moralização, todavia, é o fim a ser buscado e a coação moral é indispensável para que a ação humana se aproxime cada vez mais dela, ambas só podem ser pensadas a partir do trabalho preparatório da coação passiva, ou seja, ambas só são possíveis na medida em que forem precedidas pela ação formada com base na coação disciplinadora. Por isso o trabalho disciplinador do educador desempenha papel importante no sentido de orientar (conduzir) a ação do educando, mostrando-lhe, permanentemente, os limites de sua relação com o mundo. (Dalbosco, 2009, p. 177)

Através dessa demonstração, é possível afirmar que a disciplina é um elemento de suma importância para a educação, pois é ela que disciplina a vontade e impede que esta seja corrompida pelas inclinações sensíveis. Tornou-se clara também a

transição de uma liberdade irrestrita para um livre pensar, fazendo-se pertinente e adequado afirmar que a liberdade entendida costumeiramente como ausência de coerção externa é um equívoco.

Se posteriormente, a liberdade apresenta-se como a capacidade do homem de se autodeterminar, o que implica em não ser direcionado por outros, é porque antes, a criança fora submetida à poda de sua animalidade, isto é, a disciplina; sem esta, não conseguiria se submeter às leis da humanidade. Portanto, para uma educação que visa a autonomia não é a disciplina o princípio fundamental, entretanto ela é o elemento que abre espaço para a razão. É parte integrante e indispensável da educação, reconhecida como garantia de que a criança não prejudique a si e aos outros, por conseguinte, garantia do bom uso da liberdade.

4 O CONCEITO DE AUTONOMIA E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO DO LIVRE PENSAR

A ideia de esclarecimento, isto é, autonomia, na perspectiva kantiana, torna-se uma reflexão de grande relevância para os dias atuais, se considerarmos as diferentes relações sociais, além da tutela política, religiosa ou advindas de outros detentores de poder. O fato de termos tantos adultos “menores”, isto é, homens incapazes de fazer uso de seu próprio entendimento, facilita a existência e permanência de líderes tuteladores que, por sua vez, também são menores.

Como educadores devemos nos atentar ao desenvolvimento de disposições humanas que favoreçam a construção de um plano educativo emancipador, e se estamos realmente progredindo lentamente como acreditava Kant, precisamos constantemente esforçar-nos para trabalhar no plano de uma educação mais adequada e entregar os preceitos para tal aos vindouros, que podem realizá-la pouco a pouco. Mas em que medida ainda faz sentido nos inspirar em uma pedagogia iluminista clássica e, de modo especial, na pedagogia kantiana? O pensar autônomo é possível? E em caso afirmativo, qual seria o caminho para a construção de uma educação comprometida com a autonomia?

Até o presente momento, esta pesquisa, aprofundou-se mais acerca da pedagogia kantiana, a partir daqui serão feitas algumas reflexões sobre conceitos cruciais na filosofia prática kantiana, com o propósito de defender um modo de pensar que embora elaborado no século XVIII, apresenta-se, em certa medida, como atual, no sentido de, não ser à toa que reivindicamos a pedagogia para autonomia. É pertinente questionar a atualidade da filosofia kantiana, pois tendo passado muitos séculos, ou seja, sendo contextualizada em uma outra época, alguns pensamentos não sejam mais aceitáveis ou sejam certamente passíveis de correção, e tal correção não acontece apenas se tratando de Kant, mas de muitos outros filósofos. Porém, de um pensamento não podemos nos esquivar, nem é possível descartá-lo como ultrapassado: o pensamento de Kant acerca da menoridade intelectual e sua defesa da busca pelo esclarecimento.

Como negar a menoridade intelectual que ainda persiste em muitos homens no século XXI? – Seja ela em quaisquer esferas sociais – Como negar que grande parte da sociedade vive tutelada? Seja por falta de educação adequada ou por opção própria? Como negar que sujeitos esclarecidos ainda precisam ensinar a alguns

sujeitos adultos que a liberdade não é irrestrita e que nós convivemos mutuamente e por isso precisamos limitar nossa liberdade sob pena de prejudicarmos a nós mesmos e aos outros? Como negar que sujeitos esclarecidos ainda precisam ensinar que liberdade de expressão é um direito do indivíduo de expressar-se desde que esse direito não infrinja o direito do próximo? Como negar que tais perguntas relacionam-se diretamente com menoridade e maioridade intelectual, o bom uso da liberdade e o uso público da razão?

Educação para a maioridade é educar para o pensar por conta própria e deve constituir ainda a pedra angular de uma pedagogia crítica de inspiração iluminista. Destaca-se, “inspiração” iluminista, pois observemos a sociedade e reconheçamos que em muito ainda estamos estagnados, em muito precisamos evoluir e muitos pressupostos, como por exemplo, “pensar por conta própria”, ainda precisam ser revisitados, invocados e adaptados à nossa condição atual. É necessária a historicização e contextualização do conceito de razão e suas implicações no campo das teorias da aprendizagem.

Falar de liberdade em Kant é falar de moralidade. A construção que Kant fez da moralidade do homem abrange e, não só isso, depende principalmente, da ação pedagógica na infância que caracteriza-se pelo processo que perpassa a educação física com a disciplina e a instrução, com vista principalmente à educação prática, que prima pelo livre pensar. A educação apresenta-se então como um instrumento capaz de auxiliar no desenvolvimento de todas as disposições naturais do homem, sobretudo, suas disposições para a razão, ora, sua finalidade consiste na autodeterminação, na coexistência sadia de liberdades e no esclarecimento da espécie.

Tal construção pode ser esclarecida, por exemplo, no contexto da relação entre pais e filhos, em que a educação não se resume apenas a aprender o que os pais ensinam, pois, embora “uma geração eduque a outra”, a nova geração tem sempre o dever de ser melhor do que a precedente e de ir além dela. Assim se explica a presença do conceito de progresso no contexto educacional kantiano, isto é, como ideia de que a natureza humana, racionalmente bem formada, caminha, paulatinamente, para a perfectibilidade da humanidade, a qual exige, de imediato, a formação do caráter. Tal formação é, como afirma Kant, de responsabilidade da cultura moral. (Dalbosco, 2009, p.172-173)

A primeira tarefa da cultura moral é formar o caráter, que como já entendemos, consiste na prontidão a agir segundo máximas. A ideia de caráter significa uma firme determinação da vontade de agir segundo a lei moral que reside em nós. Aqui, se

compreende inclusive, “porque a formação moral precisa ser precedida pela formação disciplinar, uma vez que esta prepara o caráter infantil para a sua futura formação moral” (Dalbosco, 2009, p.172). Ainda nas palavras de Dalbosco (2019, p. 174):

Formar por si mesmo o projeto de sua conduta é um ideal educacional que se movimenta nos horizontes iluministas de não mais aceitar nada que venha de fora da própria razão e que lhe seja estranho. Este ideal é a raiz do próprio conceito de autonomia, o qual, central para a moralidade kantiana, significa a capacidade que uma vontade livre tem de se dar racionalmente leis a si mesma.

Portanto, autonomia define-se como a auto legislação, a obediência do homem à sua própria razão. Da razão derivam leis capazes de obrigar o sujeito, e somente leis que emergem de uma legislação própria possuem capacidade de obrigar.

A preocupação do filósofo com uma educação de caráter emancipador e responsável pela saída do homem de sua menoridade, evidencia-se em seu opúsculo *Resposta à pergunta: que é “Esclarecimento”?* No qual definiu o esclarecimento como:

[...] a saída do homem de sua menoridade da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! (Kant, 2005, p. 63).

Porém, muito embora seja necessário ao homem adulto esclarecer-se, Kant detectou que o esclarecimento é lento e gradativamente compreendido e realizado através das gerações. Para que o ser humano se torne esclarecido, esbarra-se em muitos obstáculos. Obstáculos esses, que se iniciam na infância, claro, o que exige que nessa fase haja uma intervenção pedagógica com a intenção de criar possibilidades para que a criança se destine ao propósito da humanidade, a moralidade. Dessa forma, a educação da criança em direção a tal propósito tem um papel fundamental, pois é ela que “possibilita ao ser humano desenvolver, cada vez mais, a capacidade e a coragem de sair do estado de menoridade e alcançar progressivamente a maioridade tornando-se um sujeito esclarecido” (NODARI & SAUGO, 2011, p.135).

Em suas lições sobre a pedagogia afirmou Kant (2019, p.16):

Um princípio da arte da educação que os homens que fazem planos para a educação deveriam ter presente é: as crianças devem ser educadas não para

o estado presente do gênero humano, mas para um estado futuro, melhor, isto é, adequado à ideia de humanidade e à sua destinação integral.

Esse desenvolvimento da humanidade depende de uma boa educação – embora não exclusivamente – pois, os homens precisam atingir sua destinação por eles mesmos, já que diferentemente dos animais, que agem pelo instinto, os homens precisam se esforçar no sentido de conquistar o fim que por natureza lhes está proposto, conforme ensina também a *Antropologia de um ponto de vista pragmático* (1798), onde ao tratar do caráter da espécie, deixa claro Kant (2006, p. 216), que o caráter do homem é criado através do aperfeiçoamento dos fins a que ele se propõe atingir, nesse sentido “ele, primeiro, *conserva* a si mesmo e a sua espécie; segundo, a exercita, instrui e *educa* para a sociedade doméstica; terceiro, a *governa* como um todo sistemático (ordenado segundo princípios da razão) próprio para a sociedade [...]” (Kant, 2006, p. 216), porém como é o modo de viver em sociedade o que é natural aos homens, e sendo estes marcados também pela insociabilidade, esse processo de aperfeiçoamento é marcado pela discórdia, pelo conflito, de modo algum virá o seu completo desenvolvimento, como dito acima, sem esforço.

O aperfeiçoamento humano, que só se dará mediante **cultura** progressiva, não ocorrerá sem “muito sacrifício da alegria de viver.” (Kant, 2006, p. 216). A cultura a que se refere Kant na *Antropologia*, é o desenvolvimento das disposições naturais para o uso da razão, e nesse texto elas praticamente não se diferenciam da forma como são apresentadas no *Sobre a Pedagogia*, onde Kant (2009, p. 19) as estabelece como fins a serem desenvolvidos pela educação integral, a saber, o cultivo, a prudência e a moralização. Com efeito, diz Kant (2006, p. 219) na *Antropologia*, que a humanidade está destinada a se “cultivar, civilizar e moralizar”.

Nas palavras de Dalbosco (2009, p.172) Kant é enfático ao exigir a presença de um plano no domínio educacional, ele também é enfático quando procura justificar a Pedagogia como um estudo. Assim, sua justificativa ampara-se no princípio pedagógico de que as crianças não devem ser educadas apenas para o estado presente do gênero humano, mas para um estado futuro, de acordo com a ideia de humanidade, pois essa é a determinação dos homens. Disso resulta a ideia que a Pedagogia como estudo significa a justificação de uma ação pedagógica que deve estar voltada para a construção da ideia de humanidade.

Por isso a educação é crucial para a moralidade, visto que sem essa, torna-se muito mais difícil para o homem adulto esclarecer-se. Ainda que, mesmo tendo

recebido educação, alguns adultos optem por permanecerem menores.

Preceitos e fórmulas, instrumentos mecânicos do uso racional, ou melhor, de um mau uso de suas faculdades naturais, são os grilhões de uma menoridade perpétua. Mesmo aquele que os rejeita mal conseguirá transpor o menor dos obstáculos, por falta do hábito de mover-se livremente. (Kant, 2005, p.64).

Kant (2005, p.64) afirmou que já na idade adulta a preguiça e a covardia são as causas de um número tão grande de seres humanos, mesmo depois de a natureza há muito os ter libertado da tutela de terceiros, preferir passar a vida toda na menoridade – e de ser tão fácil para outros se tornarem seus tutores. É tão cômodo ser tutelado! Pois, muitos homens por vezes preferem permanecer no comodismo, porque lhes é mais confortável ter quem decida por eles, porém tal comodismo pode levar à tutela e serventia perpétua, tornando-o menor pela vida inteira.

No entanto, é perfeitamente possível que a sociedade (o público) se autoesclareça; na verdade, é quase inevitável desde que se lhe conceda liberdade. Pois sempre haverá de se encontrar alguns pensadores autônomos, até entre os tutores do grande rebanho, que, após terem se despojado do jugo da menoridade, difundirão à sua volta o espírito da estima racional do valor próprio e da vocação do ser humano para pensar por si mesmo.” (Kant, 2005, p.65)

Aí está a importância do uso público da razão, da liberdade de quem assim possa fazer, instruir outros homens a esforçarem-se e perseverarem em si mesmo para esclarecerem-se. Para o esclarecimento não é preciso nada além da liberdade, como disse Kant – a liberdade em sua mais inofensiva acepção da palavra – de fazer uso público de seu entendimento. É também através desse uso público que a educação pode ser transformada e aperfeiçoada. “Mas qual restrição constitui obstáculo ao esclarecimento? E qual não o obstrui, mas, ao contrário, o favorece? - Respondo: o uso *público* da razão deve ser sempre livre, e somente ele pode promover o esclarecimento entre os homens” (Kant, 2005, p.65)

No que confere aos educadores, fazer uso público da razão equivale a elaborar e promover propostas pedagógicas que permitem pensar uma educação que priorize o desenvolvimento das disposições naturais da criança com potencial de evitar a longo prazo atitudes prejudiciais a si própria e, conseqüentemente, ao seu meio social, uma vez que, em sua essência tal proposta pedagógica, preocupa-se em proporcionar o equilíbrio entre o uso da própria liberdade e as coerções externas impostas a nós pelo direito do outro, fazendo esse exercício, é possível pouco a pouco dissipar atitudes

humanas danosas ao progresso moral das gerações.

Nas aulas sobre a pedagogia, Kant atribui, pelo menos, dois sentidos diferentes ao conceito de liberdade. O primeiro refere-se à independência do homem em relação a qualquer lei e corresponde às suas inclinações animais ou ao seu estado de selvageria. A infância é, segundo ele, a fase da vida humana em que predomina o sentido de liberdade como ausência de leis e é em razão disso que a disciplina deve desempenhar um papel limitador importante no sentido de submeter o homem as leis da humanidade” e fazê-lo sentir “a força das próprias leis. O segundo sentido de liberdade diz respeito ao estágio do educando no qual ele pode e deve fazer uso de suas próprias capacidades racionais submetendo sua liberdade a determinadas regras e visando, com isso, a conquistar sua maioridade. Este sentido de liberdade está associado diretamente à própria ideia de moralização, que é o fim último a ser alcançado pela ação pedagógica. (Dalbosco, 2011, p.16)

A ideia de liberdade é uma suposição necessária para fundar a possibilidade da moralidade. A moralidade se funda na ideia de liberdade. Isso nos remete a um dos momentos mais importantes da educação: o de conciliar à sujeição dos educandos as leis, com a capacidade de se servir da sua liberdade. “Pois é necessário que haja coação! Como eu cultivo a liberdade na coação? Devo habituar o meu educando a tolerar uma coação de liberdade e devo levá-lo simultaneamente a fazer bom uso de sua liberdade” (Kant, 2019, p.24).

Após o estágio da infância, o indivíduo, se lhe foi bem aplicada a educação, torna-se capaz de fazer bom uso de sua liberdade, que consiste em efetivar a educação prática moral que lhe foi ensinada. Portanto, torna-se capaz de tomar decisões apoiadas em máximas próprias e passíveis de universalização, de entender a prática de escolher bons fins, como uma prática de bem próprio (por amor a lei) e entendendo seu real sentido, não apenas aceitando, seguindo e reproduzindo máximas dadas por outrem, sem ao menos refletir, questionar e avaliar o que lhe está sendo prescrito.

Em sua *Fundamentação da metafísica dos costumes* Kant nos apresentou os princípios a priori que fundamentam o uso ético da liberdade, isto é, o agir moral. Quando tratamos de valor moral no pensamento kantiano, não nos referimos às ações visíveis, mas aos princípios íntimos que motivam as ações. Lembremos que a ética kantiana é procedimental e universal. É uma ética que visa a autonomia do indivíduo baseada na boa vontade e defende um fundamento racional da moralidade que se mede pela submissão da vontade à uma forma universal a priori racional.

“Neste mundo, e até também fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade.”

(Kant, 2019, p.21). Esta é a afirmação feita por Kant, que coloca a boa vontade como princípio supremo da moralidade que se apresenta em toda consciência humana, princípio supremo, pois, antecede qualquer qualidade do espírito, até mesmo certas qualidades superiores, como o domínio de si ou a reflexão, uma vez que estas não podem considerar-se verdadeiramente boas, salvo se tiverem a serviço de uma boa vontade. Por melhor que sejam se não forem utilizadas por uma vontade boa não serão desejáveis, se não for usado por alguém de bom caráter, qualquer talento do espírito se tornará prejudicial. Portanto aqui temos um valor intrínseco independente da vantagem ou da utilidade da ação. Ela é dirigida pela razão, não pela sensibilidade. É boa por dever e não conforme o dever.

Logo, a ética kantiana é uma ética das intenções. Se alguém realizar um ato e esse ato for objetivamente bom para os outros, não significa que tal ato é ético, ele só será ético dependendo da intenção do agente. Como então reconhecer uma ação moral? Ora, a intenção deve partir de uma boa vontade, do dever por dever e jamais por interesse ou inclinação. Então não será analisado o conteúdo, a utilidade ou finalidade da ação, mas sim a intenção. Uma ação não é absolutamente boa, a não ser que tenha por único motivo o respeito à lei moral.

Cada um de nós pode experimentar em si mesmo a presença dessa consciência moral que permite avaliar nossas condutas e isso é o que nos ordenará ao cumprimento de certas ações por dever. “O dever por sua vez contém em si, o de boa vontade” (Kant, 2019, p.27) e “a boa vontade não é boa por aquilo que promove ou realiza, ou pela aptidão para alcançar qualquer finalidade proposta, mas tão somente pelo querer, isto é, em si mesma” (Kant, 2019, p.23). Logo, a boa vontade é a vontade de agir por dever. Mas o que significa agir por dever? É a necessidade de cumprir uma ação por respeito à lei. “Agir por dever implica ter uma concepção correta acerca do que é permissível fazer de acordo com a lei moral” (Kant, 2019, p.27). O respeito à lei deve ser o único motivo da nossa ação, este é quem ordenará o cumprimento do dever, ora a representação desse cumprimento da lei é que determina a boa vontade.

Para que possamos nos apoiar em uma lei, é necessário que esta seja absoluta, o que só é possível pela garantia de universalidade e necessidade, assentando-se assim em um caráter puro e não em princípios tirados da experiência, o que significa que o agir por dever, deve assentar-se em princípios universais, a

representação desses princípios enquanto determinantes da nossa vontade chamam-se mandamentos da razão e suas fórmulas: imperativos.

Porém, Kant estabeleceu que há uma distinção entre os imperativos, eles podem ser: categórico e hipotético. Imperativos hipotéticos são condicionados e têm um fim exterior, o que faz com que seu valor seja relativo. São eles: da *destreza* que prescreve os melhores meios para obter determinados fins; da *prudência* que prescreve os meios mais eficazes para alcançar a felicidade. Diferente em intenção daquele, o categórico, que se impõe a nós como uma obrigação incondicional, e é ele que deve nos determinar a agir moralmente, ele é que nos ordena “age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne uma lei universal” (KANT, 2019, p.62)

Lembremos que o ser humano por ser racional é dotado de vontade e capaz de agir de acordo com as leis da razão, mas à medida que também é sensível a sua razão não é pura, e está sujeita às inclinações. O imperativo categórico kantiano “age de tal forma que a máxima da tua ação possa tornar-se universalmente válida”, expressa a ideia de que o que importa não é agir cedendo às inclinações, mas avaliando sempre se nossas atitudes possam ter um caráter universal, é necessário que se entenda isso para aceitar a ideia de que as leis devem obedecer sempre a razão e a razão ordenam às ações que nem sempre trazem satisfação pessoal ou felicidade. Como a natureza nos deu a razão por governante da nossa vontade, se a finalidade da natureza fosse a sua a felicidade, a natureza teria errado em colocar a razão como condutora da vontade e teria deixado a essa função, o instinto.

As escolhas feitas pela razão nem sempre nos proporcionam felicidade, por vezes até o descontentamento, por isso a felicidade tem relação com a vida, mas não pode fundamentar o imperativo da moralidade, porque os imperativos designam leis, não máximas (regras subjetivas), agir segundo estes imperativos raramente resultará em felicidade, por isso a boa vontade não visa satisfações sensíveis, mas a satisfação conforme a própria índole, satisfação essa que se realiza quando aquela atinge um fim, que só ela determina, guiada pela razão.

Isso significa dizer que a destinação dos homens não é a realização da satisfação através das suas inclinações em busca de felicidade, como ditou uma tradição de filósofos que colocaram a felicidade como centro da moralidade. Kant desfez essa teoria e esclareceu que assegurar a felicidade é um dever de todos, mas,

destacou que seria na falta dela, que poderia haver uma grande tentação para a transgressão dos deveres, ora se a finalidade da vida é o agir moral devemos evitar essa transgressão e assim nos tornaremos digno da felicidade. Em outras palavras, através do agir moral não podemos garantir a felicidade, mas podemos esperá-la.

[...] do ponto de vista pedagógico, problemas de fundamentação da ação moral estão estreitamente vinculados com processos formativos da ação humana, uma vez que aquele sujeito capaz de agir moralmente, pressuposto pela *Fundamentação da metafísica dos costumes*, é um sujeito que não nasce já conhecendo o caráter de obrigação exigido pelo conteúdo da lei moral e, justamente por isso, antes mesmo que possa decidir-se ou não pela ação moral, precisa passar, desde o momento em que nasce, por um longo processo formativo. Ou seja, o que nesta obra de 1785 é tomado como objeto de justificação da possibilidade filosófica da ação moral pressupõe intuições e formulações de natureza nitidamente pedagógicas, pois o sujeito adulto que, supostamente está em condições racionais de se decidir a agir de acordo com o imperativo moral, só alcança tal condição se, desde criança, for educado (disciplinado) a agir conforme regras menores. (Dalbosco, 2009, p.19)

A lei moral encerra uma necessidade absoluta e aparece ao ser humano sob a forma do imperativo categórico. Sua origem é completamente a priori da razão pura prática. Por isso no ser humano a lei moral se impõe à vontade sob a forma constrangedora do dever, logo, uma vontade livre é uma vontade que obedece a lei moral, o que equivale a dizer: o que importa então não é agir cedendo às inclinações, mas avaliando sempre se nossas atitudes podem ter um caráter universal.

Um esboço de uma teoria da educação é um ideal magnífico, e o fato de ainda não estarmos em condições de o realizar não causa qualquer dano. É necessário somente não considerar a ideia como quimérica e não a difamar como um belo sonho, por mais obstáculos que surjam na sua execução [...] Uma ideia nada mais é que o conceito de uma perfeição que ainda não se encontra na experiência. [...] E a ideia de uma educação que desenvolva todas as disposições naturais no homem é, sem dúvida, verdadeira. (Kant, 2019, p.13)

Esse processo deve ser do interesse de todos já que, do contrário a humanidade não alcançará a finalidade da sua existência que precisa estar alicerçada em princípios universais. Kant (2005, p. 68) já havia advertido: uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torna impossível para esta ampliar seus conhecimentos, purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento. Isto seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço. E é através de um plano educativo cosmopolita, educando as crianças não para o presente, mas para o futuro e sempre tendo como fim o bem universal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fora possível tratar do percurso pedagógico kantiano e reafirmar que a educação se exprime como um campo de possibilidade prática dos princípios puros da moralidade formulados pelo filósofo. Mas, principalmente verificar que o homem é capaz de conceber uma razão pura prática, apesar de ter dificuldade em concretizá-las em suas ações por conta de suas inclinações. Apesar dessa tensão, é seguro afirmar com base no estudo da obra *Sobre a Pedagogia* a possibilidade de transição de uma liberdade irrestrita para uma liberdade como sinônimo de autodeterminação, e do livre pensar; por meio do processo educacional que perpassa a formação física com a disciplina e a instrução; e a formação moral com a consciência das máximas, que convergirá mais tarde à educação prática que prime pelo esclarecimento.

Através da obra *Fundamentação da metafísica dos costumes* foi possível demarcar a condição de possibilidade de concretização dos princípios a priori fundantes da moralidade, a fim de evitar o equívoco de uma ética fundamentada em móveis empíricos, explicitando para tanto, o conceito de boa vontade, de dever e de lei moral, logo, o caminho percorrido para então chegar ao imperativo categórico, caracterizado como fio condutor responsável pelo bom uso da liberdade; e já tendo posto tais princípios, legitimar a razão como reguladora das ações humanas. Por conseguinte, entendemos a ética kantiana, como uma ética que trata das leis segundo as quais tudo deve acontecer, leis estas que devem ser universais e necessárias, extraídas de princípios puros, portanto unicamente guiadas pela razão pura e que homem por ser um ser racional possui a capacidade de agir segundo estas leis, isto é, por princípios.

Sobretudo, é pertinente caracterizar a liberdade como a capacidade de autodeterminação sobre a própria vontade, o que implica em não ser direcionado por outros e agir por conta própria. Para além dessa compreensão, sua definição costumeiramente descrita como ausência de coerção externa é um equívoco, pois fora compreendido aqui que dificilmente os homens podem usufruir de sua liberdade coexistindo com outras liberdades, caso não seja submetido desde cedo a um processo pedagógico formativo que inclui o cultivo das suas disposições naturais e a poda da sua animalidade, através da disciplina, parte integrante da educação e garantia de que a criança não prejudique a si e aos outros, ora, é totalmente seguro

afirmar que sem esta, a criança não conseguiria se submeter às leis da humanidade, por conseguinte, fazer uso de sua razão e de agir moralmente.

Tal constatação equivale a dizer que necessitamos de uma educação comprometida com o desenvolvimento da humanidade e do livre pensar, pois o indivíduo precisa aprender a pensar por si, raciocinar sob as leis e máximas que lhe são impostas pela sociedade e ser capaz de discernir o motivo pelo qual as aceita ou não, assim como formular suas próprias máximas desde que essas sejam passíveis de universalização. Não é à toa que em sua obra *Resposta à pergunta: o que é o esclarecimento?* Kant nos convoca a sair de nossa menoridade intelectual, fazer uso de nosso entendimento e almejar o esclarecimento humano, pois já tendo as condições e os instrumentos a nosso favor, devemos ousar saber. *Sapere Aude!*

REFERÊNCIAS

DALBOSCO, Cláudio Almir. **Kant e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. **Da pressão disciplinada à obrigação moral**. In: *Moralidade e educação em Immanuel Kant*/Cláudio Almir Dalbosco, Heinz Eidam. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 159 – 189.

EIDAM, Heinz. **O Princípio da arte da educação ou dez teses sobre a atualidade das reflexões de Kant sobre a pedagogia**. Tradução de Cláudio Almir Dalbosco. In: *Moralidade e educação em Immanuel Kant*/Cláudio Almir Dalbosco, Heinz Eidam. Ijuí: Unijuí, 2009, p.191-207.

KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. **Cartas sobre educação e ensino (cartas 109, 122 e 136)**. Tradução e apresentação de Edmilson Menezes. São Paulo, *Cadernos de Filosofia Alemã* | jan.-jun. 2016, p. 165- 171.

_____. **Começo conjectural da história humana**. Tradução de Edmilson Menezes. São Paulo: UNESP, 2010.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2019.

_____. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso editorial: Barcarolla, 2009.

_____. **Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita**. Tradução de Rodrigo Naves & Ricardo Terra. Ricardo Terra (Org.). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Resposta à pergunta: Que é “Esclarecimento”?** Textos Seletos. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005. Pg. 63-71.

_____. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de João Tiago Proença. Lisboa: Edições 70, 2019.

LIMA, Francisco Jozivan Guedes de; BRITO, José Wilson Rodrigues de. **A educação em Kant como condição de autonomia do indivíduo**. *Revista Eletrônica de Filosofia*. São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>. Vol. 14, nº. 2, julho-dezembro, 2017, p.199-217.

MENEZES, Edmilson. **Kant: Esclarecimento e educação moral**. São Paulo, *Cadernos de filosofia alemã: crítica e modernidade*, v. 19, n.1, jan./jun. 2014, p. 117 – 147.

NODARI, Paulo César & SAUGO, Fernando. **Esclarecimento, educação e**

autonomia em Kant. In: Conjectura, v. 16, n. 1, jan./abr. 2011, p. 133 - 167.

SANTOS, Robinson dos. **Educação moral e civilização cosmopolita: a atualidade da filosofia prática de Kant.** In: Revista Iberoamericana de Educación (On-line). Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI), n. 41/4, 2007.

_____. **O Problema da Autenticidade das Preleções de Pedagogia de Kant.** In: A Filosofia prática de Kant: Ensaios. Org. Ferraz, Carlos et al. Pelotas: NEPFIL online (Série Dissertatio-Filosofia), 2014, p. 160 – 177.

VICENTI, Luc. **Educação e liberdade: Kant e Fichte.** Tradução de Élcio Fernandes São Paulo: UNESP, 1994.